

**USO ÉTICO DA
TECNOLOGIA**

EDUCADOR
[3.0]

+ ADICIONAR
RESPONSABILIDADE
DA RELAÇÃO

**LIBERDADE DE
EXPRESSION E
RESPONSABILIDADE**

PAIS
"VIGILANDO"

**PERGUNTE AO
PROFESSOR
SE PODE
GRAVAR!**

ESCOLA
((()))
w.w.w

**VOCE É
O QUE VOCE
PUBLICA**

**CITANDO
FONTES...
CONFIÁVEIS**

ESCOLA DIGITAL E O EDUCADOR 3.0: COMO FICA A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO NAS REDES SOCIAIS

Patricia Peck Pinheiro

INTRODUÇÃO

O que o professor deve fazer se seu aluno pedir para ser seu amigo nas redes sociais? E se ele filmar sua aula e a postar no YouTube? Como agir nesses casos? Como educar essa nova geração digital no uso ético, seguro e legal da tecnologia, e principalmente, em valores essenciais para gerar relações saudáveis no mundo digital?

A escola vem assumindo um papel cada vez mais fundamental na formação do indivíduo, em especial, em uma realidade na qual as famílias estão cada vez mais ausentes. No entanto, cabe justamente à escola ensinar os pais a serem mais presentes na vida digital de seus filhos, bem como assumir o fato de que cada vez mais jovens irão para as salas de aula portando dispositivos tecnológicos pessoais, em especial celulares e *tablets*. Proibir não resolve o problema. Até porque seria remar contra a maré. Aceitar esses novos recursos e orientar os alunos a usá-los de modo adequado é a melhor forma de avançar e evoluir. Ensinar sobre os perigos é a melhor estratégia para mitigar os riscos.

Toda tecnologia pode ser usada para o bem ou para o mal, a depender de seu modo de uso, ou seja, da intenção do usuário. Sendo assim, vivemos um resgate de valores. Por isso, hoje em dia há uma importância maior em se ensinar moral, ética, proteção de intimidade, privacidade, respeito ao próximo, liberdade responsável, limites e consequências dos atos.

Logo, a partir do momento que a escola se prepara para não apenas fornecer aos alunos infraestrutura tecnológica (que hoje é mais do que um requisito para entregar um serviço educacional

de qualidade), mas para ser a interlocutora e mediadora das relações e também dos conflitos gerados por meio de uma convivência interativa 24 X 7, na qual não há mais muros na escola e as aulas ultrapassam o horário escolar, em uma extensão *on-line* e conectada entre alunos, professores, familiares e comunidade, ela estará finalmente assumindo seu verdadeiro papel de educar, atualizada com os anseios da sociedade atual e deixando de ser mera vítima dos incidentes que ocorrem, na maioria, por uma falha de orientação, por não deixar as regras de conduta claras nesse novo contexto social-digital.

Devemos lembrar que para prestar um serviço educacional de qualidade a instituição de ensino deve estar sustentado sobre três pilares: a) oferecer aos alunos aulas tecnicamente consistentes e atualizadas, nas quais o professor consiga transmitir o conhecimento e este seja aprendido pelos alunos; b) garantir a segurança do ambiente escolar; c) promover a convivência harmônica da comunidade escolar.

Por isso, quando ocorre um incidente em um grupo de WhatsApp, mesmo que fora dos muros da escola e do horário escolar, muitas vezes ele abala justamente os três pilares que sustentam a qualidade do ensino e terminam por desestruturar a escola, afetando todas as partes envolvidas, inclusive a própria escola.

Por exemplo, um comentário ofensivo postado nessa rede social pode perturbar a harmonia da convivência escolar, podendo pôr em risco a segurança de seus integrantes e gerar tamanha perturbação que atrapalhe inclusive a aula.

É por esse motivo que a instituição de ensino tem de agir de forma proativa, preventiva e diligente, de modo a tratar essas ocorrências, pois seus impactos são sentidos dentro da comunidade e afetam o ambiente escolar.

Sendo assim, a escola precisa formar educadores para a era digital, de modo que eles utilizem a tecnologia não apenas em seu planejamento pedagógico, mas entendendo que os relacionamentos estão cada vez mais digitais, que as testemunhas dos fatos agora são as máquinas e que por isso tudo pode ser documentado, há muito mais provas. Por isso, transparência é essencial. Além disso, é preciso cuidado na escolha das palavras ao se expressar em um ambiente que gera exposição também para outros, terceiros na relação, que ficam sabendo dos bastidores escolares, de tudo o que antes ficava apenas entre quatro paredes.

E toda essa mudança ocorreu muito rápido, desde os anos 1990 no mundo e no Brasil mais acentuadamente depois dos anos 2000. Saímos do quadro-negro para ambientes virtuais de aprendizagem na velocidade de um *click*, o que gera um desafio para a mudança de cultura. Hoje é necessário ao educador – que antes só se preocupava com sua hora-aula e seu aluno em sala de aula (versão 1.0) e depois passou a usar recursos tecnológicos para produzir seu conteúdo (versão 2.0) – estar mais atento a seu papel de orientar os jovens sobre ética digital (versão 3.0), pois agora ele é chamado de educador da era digital, educador conectado.

Dito isso, passaremos a expor as situações mais frequentes que o educador da era digital tem de enfrentar em seu dia a dia e a propor algumas atividades que podem contribuir para a harmonização da relação tecnologia-homem no ambiente educacional. Afinal, só a educação gera mudanças de atitude e constrói uma nova geração de alunos digitalmente corretos.

RELAÇÕES DIGITAIS ENTRE EDUCADORES, ALUNOS E FAMILIARES

As redes sociais representam nada mais do que relações instantâneas e desmaterializadas. O que elas trouxeram de novo com relação às outras mídias?

Ora, por meio delas tudo fica muito mais documentado, e, portanto, mais exposto. Isso significa que as conexões geram responsabilidade jurídica. Afinal, valem os ditados “Quem cala consente, inclusive digitalmente” e “Diga-me com quem navegas que te direis quem és”.

Desse modo, quando um educador opta por aceitar um aluno como amigo na rede social, ele não pode mais fazer ‘vista grossa’, para o que ocorrer naquele ambiente virtual e passa a estar ciente dos fatos, o que gera seu dever de agir. Afinal, o ‘não fazer nada’ vai implicar responsabilidade por omissão, negligência ou conivência.

Além disso, se o aluno for menor de 13 anos o professor não deve aceitá-lo como amigo, pois não tem a idade mínima definida nos termos de uso da maior parte dos serviços de redes sociais (ex: Facebook, Instagram, Snapchat, WhatsApp, entre outros). A melhor orientação que ele pode dar ao aluno nesse momento é mostrar a ele que existe uma idade mínima para fazer parte de alguns ambientes digitais.

O professor não é o pai ou a mãe nem deve substituí-los na árdua tarefa de saber o que ocorre na vida (cada vez mais digital) de seus filhos. Essa atitude, que em um primeiro momento parece inofensiva, pode gerar riscos para o educador. Isso não significa que ele não possa ter alunos como amigos, mas que feita essa escolha ele deve ser para com o aluno muito mais zeloso e diligente, mais ativo e proativo, e ao primeiro sinal de que algo está errado, tem o dever de denunciar o caso e de envolver a escola e os pais, sob pena de responder por seu silêncio.

Recomendamos, portanto, que sejam realizadas atividades em sala de aula nas quais seja possível discutir casos reais de relações digitais e incitar os alunos a manifestar opinião a respeito. Feito isso, apresentamos a seguir dois casos do Judiciário Brasileiro que podem ser usados em sala de aula para debate e discussão:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - **PRÁTICA DE BULLYING - AMBIENTE ESCOLAR** - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO E CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADAS - ART. 933 DO CPC - RESPONSABILIDADE DOS GENITORES DO MENOR - COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DO BULLYING - INDENIZAÇÃO DEVIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. Não assiste razão aos apelantes ao atestar a incompetência absoluta do Juízo *a quo*, uma vez que a presente ação indenizatória foi promovida pela autora (que, por ser menor, foi devidamente representada por seu genitor), em face do Colégio Santa Dorotéia e dos pais do menor, tendo em vista que o mesmo, à época da distribuição da ação, era inimputável, não havendo que se falar em competência da Justiça da Infância e da Juventude. Se o Juiz, ante as peculiaridades da espécie, se convence da possibilidade do julgamento da lide e, no estado em que o processo se encontra, profere sentença, desprezando a dilação probatória, não há que se falar em cerceamento de defesa

ante a manifesta inutilidade ou o claro intuito protelatório da coleta de prova. A prática do *bullying* não é um fenômeno do mundo contemporâneo, mas sim algo existente há algumas décadas, sendo indubitável, no entanto, o crescimento das ocorrências relativas a tal prática nos últimos anos, e, consequentemente, de demandas judiciais requerendo indenização pelos danos sofridos pelas vítimas. Tenho que, especialmente pela imaturidade de crianças e adolescentes, é costumeiro o comportamento repressivo contra colegas em razão de sua classe social, de suas características físicas, da sua raça, e até mesmo, pelo seu rendimento escolar. Tratando-se de conduta praticada por menores, como é o caso dos presentes autos, os pais respondem pelo ato ilícito de seus filhos, conforme dispõem o art. 932, I e art. 933 do Código Civil. Na hipótese de indenização a título de danos morais, deve-se obedecer aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Não havendo configuração de valor demasiadamente alto a ponto de se falar em enriquecimento ilícito, não deve haver redução deste sob o risco de tornar-se irrisório. V.v.: A fixação da quantia estipulada na r. sentença de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) não traduz as diretrizes acima expostas, devendo, assim, ser reduzida para o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), valor este que encontra-se em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJMG, 2012).

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. Relato fático sustentado na petição inicial indicando a não adoção de medidas concretas e eficazes, por parte da instituição de ensino requerida, a qual falhara ao não minimizar os efeitos de episódio de *bullying* sofrido pela menor autora por parte de colegas de classe. Pretensão de reparação de danos materiais e morais que resta, porém, rechaçada, ante a sentença de improcedência dos pedidos, na origem, Recurso de Apelação da autora. Insurgência que se revela infundada. Somente se justificaria a responsabilidade civil imputada à instituição requerida caso não tivesse esta última, de maneira efetiva, adotado providências adequadas e suficientes a fim de impedir que a autora sofresse a reiteração da prática de *bullying* em seu desfavor, por colegas, o que não se viu provado no caso concreto. [...]

Sob outro prisma, não era, ainda, de se exigir da escola, controle sobre páginas pessoais dos alunos em redes sociais, cabendo neste tema, ao lesado, voltar-se contra os efetivos responsáveis por eventuais postagens agressivas ou maldosas, eventos virtuais, que demais disso, igualmente não restaram comprovados nestes autos. Não caracterizado qualquer ilícito (comissivo ou omissivo) passível de ser imputável ao ente escolar ou a seus prepostos, em consequência, não se deflagrava hipótese de responsabilidade civil. Recurso de Apelação da autora, portanto, não provido. (TJSP, 2016a).

Observa-se que o fato de a instituição ter um programa de prevenção ao *bullying* e atuar diligentemente para amenizar os danos suportados pela vítima pode incorrer na exclusão da responsabilidade civil do colégio. Vale mencionar que as decisões atuais, no mesmo sentido da própria lei antibullying, transpõe aos pais o dever de vigilância no que tange aos dispositivos móveis de seus filhos.

O desembargador Jones Figueirêdo Alves, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, alerta para o chamado ‘abandono digital’, expressão essa criada pela doutora Patricia Peck a fim de indicar a “negligência parental configurada por atos omissos dos genitores, que descuidam da segurança dos filhos no ambiente cibernético proporcionado pela internet e por redes sociais, não evitando os efeitos nocivos delas diante de inúmeras situações de risco e de vulnerabilidade”. (ALVES, 2017, s/p).

Tal conceito é de suma importância, uma vez que o colégio, diante de um incidente ou até mesmo no dia a dia, não tem o poder legal de ‘revistar’ e/ou monitorar os celulares dos respectivos alunos. Logo, a caminhada precisa ser conjunta: a instituição viabilizando a educação digital, tanto dos menores quanto de seus respectivos responsáveis, e esses últimos promovendo o diálogo com seus filhos sobre o tema, criando assim uma relação de confiança e autonomia. Veja:

Nesse sentido, assinala-se, de efeito, que a autoridade parental, em vigília do espaço virtual navegado pelos filhos, exigirá a atitude prefacial de uma relação de confiança mútua, onde o diálogo educativo será a primeira ferramenta de construção do controle sobre as interatividades de comunicações virtuais por eles exercidas. No ponto, essa confiança permitirá a cessão de parcela de privacidade pessoal que os adolescentes não toleram invadida, no proveito de aprendizagens e de confidências. Ou seja, educação digital e confiança servindo de binômio indispensável à atuação mais protegida dos filhos nos seus empreendimentos “*on line*” de conhecimento e de relacionamentos, pela postura atenta, educadora e vigilante dos genitores responsáveis. (ALVES, 2017, s/p).

COMO ENSINAR ÉTICA DIGITAL NA ESCOLA

A perspectiva com a qual encaramos a tecnologia influencia em como lidamos com ela. Estamos na era da conectividade, portanto a conscientização e o diálogo acerca do uso ético, seguro e legal contribuirá para que os usuários façam boas escolhas *on-line*. Nesse sentido, a família tem papel muito importante no processo de aprendizagem sobre o uso ético da tecnologia e no combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*, tendo em vista que por meio dela as crianças e os adolescentes desenvolvem suas identidades e seus valores. Pela lei em vigor no Brasil, os pais têm o dever de vigilância sobre seus filhos, portanto não podem ser negligentes, inclusive quando o assunto for a tecnologia.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 227, afirma que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido, encontra-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seus artigos 18 e 70 deixa claro que cabe a toda sociedade zelar pela dignidade da criança e do adolescente, prevenindo-os da ocorrência de qualquer ameaça ou violação de seus direitos.

O Código Civil disciplina a chamada culpa *in vigilando*, ou seja, aqueles que têm a obrigação de vigiar se tornam responsáveis pelos atos ilícitos praticados por aqueles que estão sob seus cuidados. Portanto, quando um menor pratica uma conduta que viola direitos de terceiros, seus pais serão civilmente responsabilizados, nos termos do artigo 932, inciso I.

No que se refere à esfera criminal, é importante descrever que o menor pode ser responsabilizado pelo ato infracional que cometer. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 103) aponta que os crimes ou

contravenções penais praticadas pelos menores de 18 (dezoito) anos serão considerados atos infracionais, de forma a serem responsabilizados criminalmente perante a Vara da Infância e da Juventude.

Ao restar comprovado o ato infracional, poderá ser aplicada, ao adolescente (de 12 a 18 anos), uma das medidas socioeducativas constantes no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre elas: advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional.

NOVAS COMPETÊNCIAS PARA A SOCIEDADE DIGITAL

A prevenção é a peça-chave no combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*. Sendo assim, separamos algumas dicas para as instituições de ensino, bem como para a família. Lembrem-se: a ação precisa ser conjunta!

Dicas para as escolas

Estas são as orientações destinadas aos responsáveis pelas instituições de ensino:

- promover a conscientização e a capacitação dos professores e demais colaboradores da escola. O empregador sempre responde por má conduta de empregado;
- desenvolver, constantemente, atividades pedagógicas sobre o tema da ética e da segurança digital na escola (debates, jogos, gincanas) em todos os níveis de ensino;
- promover palestras para os pais e incentivá-los a participar ativamente do dia a dia dos alunos;
- documentar toda e qualquer ação que a escola realizar sobre *bullying* e *cyberbullying*. Lembrar-se que a responsabilidade civil da instituição de ensino decorre de sua omissão e negligência, por isso é bom guardar a prova do que a escola faz de prevenção;
- acionar imediatamente os pais dos alunos envolvidos em caso de incidente. A escola tem o dever de informar e dar ciência aos verdadeiros responsáveis por agir, que são os responsáveis legais;
- padronizar o atendimento das ocorrências para que sempre haja uma forma institucionalizada de agir;
- notificar os pais sobre qualquer incidente que envolver um aluno. É de suma importância deixar registrado que, em todas as situações, os responsáveis foram cientificados;
- mediar situações de conflito, de modo a solucioná-lo amigavelmente, evitando assim consequências judiciais;

- manter os pais e/ou responsáveis cientes de todo o regimento interno e demais normas e políticas da instituição. Recomenda-se a assinatura de um termo de ciência, que pode ser feito *on-line* no portal da escola. O importante é que seja um documento acessível e que esteja publicado;
- ter políticas e normas internas claras e escritas sobre o uso adequado da tecnologia na escola (que trate sobre internet, celular, *tablet*, uso de imagens, combate ao *bullying* e *cyberbullying*);
- estar de acordo com as leis vigentes no país, bem como com as boas práticas de segurança da informação.

Dicas para a família

Os pais, por sua vez, devem estar atentos às seguintes orientações:

- participar ativamente das atividades dos filhos;
- manter o diálogo com os filhos, pois ele é fundamental principalmente para manter os pais a par do que os filhos fazem na internet, de quais são os aplicativos que usam, de quais jogos *on-line* jogam, de quem são seus amigos digitais e de que grupos de WhatsApp e comunidades de mídias sociais os jovens participam;
- acompanhar as condutas digitais de seus filhos e saber suas opiniões antes que virem um incidente e possa ser tarde demais. É assim que se previnem, por exemplo, os perigosos desafios *on-line* e até mesmo as práticas de preconceito e racismo na *Web*;
- sentar ao lado das crianças ou dos adolescentes e observar o que acessam e fazem na internet pode fazer toda a diferença para evitar problemas futuros;
- ficar atento a sinais como tristeza, depressão, baixo rendimento escolar, resistência em ir à escola, passar horas sozinho e sem querer conversar;
- ler os termos de uso e as políticas de privacidade dos aplicativos é muito importante. Informar-se sobre a idade mínima para o uso desses recursos também é essencial;
- buscar soluções alternativas ao conflito no caso de incidentes. Os processos judiciais, além de serem demorados, podem aumentar o abalo psicológico tanto da vítima quanto do agressor. Deve-se acionar o Judiciário somente em última hipótese;
- dar o exemplo. Cuidado com grupos de mães e pais no WhatsApp. Antes de escrever algo neles, é preciso pensar duas vezes e atentar para o linguajar que está usando, pois neles tudo fica documentado;
- convidar todos os alunos da sala em caso de festas de aniversário de seu filho, a fim de evitar exclusão, isolamento social e discriminação. Se o evento for mais restrito, evitar fazer o convite na frente de todos, para que os alunos não se sintam tratados de forma diferente;

- estar sempre atento ao receber os amigos de seus filhos em casa. Às vezes, uma brincadeira pode gerar um incidente. No caso de gravação de vídeos e fotos, devemos proteger a imagem das crianças e dos adolescentes e evitar excesso de exposição de intimidade na rede;
- cuidar com a reputação digital de seus filhos. Evitar publicar nas redes sociais conteúdos dos quais seus filhos possam se envergonhar no futuro, quando crescerem. A proteção começa na família.

Liberdade de expressão com responsabilidade

É difícil ensinar sobre liberdade de expressão. Em um primeiro momento, parece que ela significa a possibilidade de se fazer o que quiser, mas isso não é verdade, pelo menos do ponto de vista legal.

A lei brasileira prevê a liberdade de expressão no artigo 5º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988, mas exige responsabilidade. Ou seja, aquele que passa do ponto responde por abuso de direito, que está no artigo 187 do Código Civil. Então como ensinar esses limites?

A melhor forma é apresentar aos jovens casos reais para ilustrar situações e mostrar o que está escrito na lei e qual é a regra do jogo, para permitir a eles crescer com mais compreensão sobre ato e consequência. Só assim poderemos garantir o livre-arbítrio, ou seja, a capacidade de decidir entre o certo e o errado.

Essa escolha vai depender de o jovem ter recebido orientação prévia, e com isso é possível demonstrar quando a ação ocorre sem querer (culpa) ou por querer, com intenção (dolo). Cabe deixar claro aos jovens que na era digital ‘você é o que você publica’!

Ademais, vale destacar que os pais respondem por *culpa in vigilando*, ou seja, a negligência ao vigiar o próprio filho gera responsabilização. O Judiciário brasileiro tem entendido, conforme as decisões apresentadas a seguir para o caso apresentado na Figura 1, que não há desculpa para um pai ‘análogo’ dizer que não sabe o que seu filho ‘digital’ faz na internet.

Figura 1 – Condenação de pais por ofensa de filho à professora em redes social.

Danos morais

Pais de alunos são condenados por ofensa dos filhos a professora em rede social

Como os estudantes são menores de idade, a juíza condenou os pais a pagar indenização.

segunda-feira, 13 de fevereiro de 2017

Recomendar 5,8 mil | Tweetar | Compartilhar 44 | G+1 7

Dois estudantes terão de indenizar uma professora por difamá-la no Facebook, por meio de página falsa. Como os estudantes são menores de idade, a juíza de Direito Adaisa Bernardi Isaac Halpern, da 3ª vara Cível de SP, condenou os pais a pagar, solidariamente, o valor de R\$ 60 mil a título de danos morais.

De acordo com os autos, os estudantes criaram uma página com o nome da professora, na rede social Facebook e passaram a imputar fatos ofensivos à sua reputação. Muitas pessoas tiveram ciência do conteúdo publicado.



De acordo com os pais de um dos alunos, ele sofria bullying por parte da professora e começou a alterar seu comportamento, além de ter dificuldades no seu aprendizado, precisando de tratamento psicológico e mudar de colégio. Portanto, ao criar a página, agiu em “legítima defesa”.

informativo de hoje
Migalhas nº 4.133

apoiadores

Caodaglio Associados Advogados

fomentadores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Fonte – Migalhas, 2017.

Eis a primeira decisão:

Reparação por danos morais – Campanha difamatória pela Internet – *Blog* criado pela colega de escola para prática de *bullying* – Responsabilidade do genitor em razão da falta de fiscalização e orientação – Sentença reformada apenas para reduzir o valor da indenização, considerando a extensão do dano, a época dos fatos e a realidade das partes. (TJSP, 2010).

E a segunda:

RESPONSABILIDADE CIVIL. Danos morais. Publicação em página da internet de comentário ofensivo ao bom nome da instituição de ensino. Dano moral configurado – Súmula nº 227 do STJ – Confirmação da r. sentença, nos moldes do artigo 252, do Regimento Interno do TJSP. Recurso não provido. (TJSP, 2011).

Proteção da privacidade e da intimidade

A instituição de ensino deve realizar atividades pedagógicas para ensinar mais sobre proteção de privacidade e intimidade. O aluno da era digital tem um desafio maior para discernir entre público e privado. A possibilidade de exposição demasiada do próprio corpo é muito grande já em turmas de alunos com apenas oito anos de idade que vêm para a escola portando celular com câmera e aplicativos como WhatsApp.

Por isso, até para evitar que a escola não seja responsabilizada por omissão ou negligência, é muito importante introduzir em alguma aula o tópico sobre proteção da privacidade e explicar aos alunos os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente que protegem sua imagem, quais sejam:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito [...] como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, 1990).

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, 1990).

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 1990).

Logo, menor de idade não tem capacidade jurídica para autorizar outro menor de idade a publicar a própria imagem na internet. Precisa da autorização dos responsáveis legais. Então eles não poderiam ficar tirando fotos e filmando uns aos outros e compartilhando isso em tempo real na *Web* ou nos grupos, apenas se for uma situação de atividade educacional já informada previamente aos pais.

Mas sabemos que não é isso o que ocorre. No entanto, se a escola ministra uma aula sobre esse tema e depois os jovens não seguem as orientações dadas pela escola, não tem como ela ser responsabilizada por eventual incidente, pois as orientações prestadas aos alunos pela escola estão inclusive documentadas no Plano de Aula.

Segurança digital

No tocante ao tema ‘segurança digital’ é a mesma coisa. O jovem precisa receber orientações sobre os cuidados de estar na maior rua do planeta, que é a internet (uma rua com mais de 5 bilhões de usuários conectados e que só tende a aumentar todos os dias).

No momento em que a escola solicita ao aluno que faça pesquisas escolares na internet surge o dever de orientá-lo a navegar de forma segura para evitar riscos para a instituição de ensino. Portanto, a escola deve informar ao aluno uma lista de dicas que o instrua: a) como fazer uma senha segura; b) que a senha é individual e intransferível; c) que deve sempre usar uma conexão segura; d) que deve ter um bom antivírus; e) que deve baixar as atualizações de segurança; f) que não deve falar com estranhos na internet nem adicioná-los como amigos em Skype, WhatsApp e outras mídias sociais; g) que deve evitar usar *webcam* aberta, h) que nunca deve participar de desafios perigosos na internet (como comer ou beber coisas estranhas, sufocar-se, navegar na *Dark Web* ou *Deep Web*); entre outras recomendações.

COMO TRAZER NOVAS TECNOLOGIAS PARA SALA DE AULA

Como combater um comportamento que já ultrapassou duas necessidades biológicas? Atualmente, mais de 62% da população adulta mundial, quando acorda, primeiro olha o celular, depois usa o banheiro ou escova os dentes. Mas, se não é possível evitá-lo, como ensinar os jovens a usá-lo de modo que não se torne um vício, uma compulsão, um objeto sem o qual o jovem não consegue ficar nem por um minuto, nem para se concentrar em uma tarefa escolar?

Para a família, o celular é uma ferramenta de segurança e monitoramento, utilizada especialmente para saber onde o jovem está. Já para a escola o celular é uma ferramenta de dispersão e de danos à imagem do aluno, em especial devido a seu uso inadequado. Como resolver esse paradoxo? Novamente, vale o princípio: devemos deixar as regras claras. Se o celular não pode ser usado em sala de aula, isso deve estar bem claro para o aluno em um aviso escrito na própria sala de aula.

Além disso, qualquer professor que presenciar uma infração a essa regra deve advertir o aluno, reter o equipamento até o fim da aula ou entregá-lo apenas aos responsáveis legais. O maior risco que se corre é ter condutas diferentes por parte dos professores para situações iguais ou similares, pois isso abre margem para acusação de perseguição e assédio moral.

Novamente, nesse caso, como em tantos outros que envolvam o uso de novas tecnologias, a prevenção passa pela educação. O professor deve dizer aos alunos que a imagem deles está protegida pelo artigo 5º, Inciso X da Constituição Federal de 1988, e que eles devem ter autorização prévia e expressa para tirar fotos (coletar a imagem), publicá-las ou compartilhá-las, bem como devem ter cuidado com o contexto associado a elas para que não sejam humilhantes ou vexatórias ou discriminatórias. Do contrário, ele e seus pais responderão por esse ato, como de pode ver na decisão a seguir:

Ação Indenizatória. Direito de imagem. Aluna de estabelecimento de ensino particular, que tira fotografia das nádegas de uma das professoras, e as divulga no *site* de relacionamento 'Orkut'. Fato que viola o direito de imagem e trouxe constrangimentos para a autora onde leciona. Responsabilização dos pais pelos atos dos filhos menores. Sentença que se prestigia. Dano moral excessivamente arbitrado. Redução. Recurso parcialmente provido. (TJRJ, 2012).

CUIDADOS COM USO DE IMAGEM (FOTOS E VÍDEOS) NO AMBIENTE ESCOLAR

As regras sobre uso de imagem dos alunos no ambiente da escola estão claras? Pois este é um ponto primordial. A instituição de ensino precisa deixar claro no contrato de matrícula que fará uso da imagem dos alunos e sua coleta para fins de autenticação (identificação), bem como para registro das atividades escolares. Essa autorização, que é concedida ao ente institucional, não alcança as páginas ou perfis pessoais dos educadores. Logo, a escola é legítima para publicar a foto ou a filmagem de alunos em suas páginas e perfis institucionais, mas não os professores. Estes devem aguardar que as imagens sejam publicadas pela escola para então, com base na página oficial da escola, marcá-las e disseminá-las. Esse fluxo deve ser respeitado para evitar riscos para a escola.

Toda situação em que houver coleta ou registro de imagem dos alunos deve ter uma regra clara. Inclusive se houver festas de aniversário nas salas de aula, pois os pais devem autorizar esse tipo de registro se houver compartilhamento da imagem com os demais pais e ela não seja apenas para uso da escola.

RESPEITO AOS DIREITOS AUTORAIS NOS CONTEÚDOS DIGITAIS ACADÊMICOS – DAS TAREFAS E PESQUISAS NA *WEB* AOS PROJETOS ESCOLARES

Estamos ensinando a citar a fonte corretamente quando o conteúdo é digital ou vem da internet? Com base no padrão Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)? Isso tem sido dito e reforçado em toda aula? Tiramos pontos quando o aluno não cumpre com o dever de citação moral de autor (dar o crédito da autoria e o endereço da fonte) corretamente, com base na Lei nº 9610/98, que diz respeito aos direitos autorais e está em vigor no Brasil há mais de 15 anos?

A questão do plágio e da pirataria aumentou muito nos últimos anos, devido à internet ter possibilitado maior acesso à informação. Se por um lado a inclusão digital gera maior compartilhamento de conhecimento, por outro exige que o aluno seja melhor instruído sobre como fazer uso de conteúdos de fontes digitais sem que isso venha a ferir direitos autorais e de imagem de terceiros.

A primeira coisa que deve ser explicada é sobre a forma correta de citar fonte e autoria digital, cujo modelo, baseado nas normas ABNT, apresentamos a seguir:

- Fonte – YouTube. Autoria: Arnaldo Antunes, A Casa é Sua (Acústico MVT). Postado por Arnaldo Antunes. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/arnaldooficial>. Acesso em: 5 abr. 2013. Finalidade: uso acadêmico.

Esse exemplo deve ser mostrado e lembrado pelo professor como uma rotina de aula, toda vez que passar uma tarefa, até que vire um hábito para o aluno. Lembramos que o professor não pode dar nota máxima para um trabalho com falhas de citação de fonte, ou pior, com plágio.

E o que pode acontecer com quem não cumpre com a lei? Veja um exemplo a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – OFENSA À HONRA SUBJETIVA DE ALUNO – INOCORRÊNCIA – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – RECURSO PRINCIPAL PROVIDO – RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.

- O aluno violou o dever de boa-fé, ao entregar ao professor trabalho ‘colado’ de *site* da internet. Violou, portanto, o dever ético educacional de cumprir, a tempo e modo, os deveres impostos aos discentes.
- A despeito do excessivo rigor com que reagiu o docente, não se configura o dano moral, porque é inconcebível a conduta fraudulenta de um estudante universitário, que deveria, ao contrário, almejar sua qualificação para se formar um profissional respeitado e observador dos valores éticos fundamentais.
- “Quiseram construir um mundo sem ética. E a ilusão se transformou em desespero. No campo do direito, da economia, da política, da ciência e da tecnologia, as grandes expectativas de um sucesso pretensamente neutro, alheio aos valores éticos e humanos, tiveram resultado desalentador e muitas vezes trágico”. (André Franco Montoro). (TJMG, 2013).

A lei em vigor exige do indivíduo que faz uso do conteúdo a verificação da legitimidade deste e a citação correta. Para fins jurídicos, o compartilhamento significa, na verdade, o direito de reproduzir e distribuir, passar para outras pessoas o arquivo digital, que não é uma cópia, mas sim um original. Quando emprestamos um livro, nós o compartilhamos; ficamos sem o conteúdo temporariamente, até que o outro o devolva para nós. Já quando enviamos o mesmo livro em formato pdf para alguém, seja por *e-mail*, seja o baixando da internet, todos passam a ter uma via original da obra, ela se multiplica e se espalha.

Por isso, quando o professor deseja disponibilizar um conteúdo para seus alunos, deve verificar se ele pode reproduzi-lo e distribuí-lo, pois é um direito que não está na prerrogativa do fim acadêmico. A finalidade educacional permite dar acesso à informação, disponibilizar, mas não gerar a multiplicação de uma infinidade de exemplares digitais da obra. Uma coisa é colocar um arquivo na rede para ser acessado, outra coisa é permitir seu *download*, que tecnicamente implica em reprodução.

Logo, quando o professor utilizar algum texto, vídeo, áudio ou foto da *Web* deve observar alguns cuidados.

- Deixar claro a finalidade de uso acadêmico, educativo ou pedagógico no próprio conteúdo.

- Buscar fontes confiáveis (ex: *sites* oficiais dos titulares do conteúdo ou distribuidores, pois uma coisa é achar um vídeo ‘solto’ na *Web*, outra é localizá-lo no *site* oficial de quem o publica).
- Só fazer uso de conteúdos integrais quando eles já estiverem em domínio público ou houver licença para tanto (seja pedindo autorização para o titular ou buscando o que já está definido no padrão de licença Creative Commons).
- Na dúvida, usar apenas conteúdo parcial, ou seja, trechos e passagens até o limite de 25% do tamanho total, para se valer da prerrogativa do uso justo, em que pelo fato de mostrar parte da obra se está educando e estimulando o aluno a querer conhecer a obra completa, e então colocar o *link* (endereço) para acesso na íntegra junto do conteúdo.
- No caso de imagens (fotos e vídeos) de terceiros, evitar que sejam de menores, a não ser que haja autorização prévia ou sejam de alunos da escola e esta já tenha inserido cláusula de cessão de imagem no contrato de matrícula. Além disso, sempre deve ter atenção com o contexto que elas serão inseridas para evitar ridicularização, o que feriria o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Em hipótese alguma trazer para sala de aula um conteúdo notadamente pirata obtido ou baixado de *sites* ilícitos ou mesmo oriundos de quebra de proteção DRM de CDs ou DVDs, em especial de música (MP3), vídeo e jogos (*games* ou *softwares*). É possível obter conteúdo gratuito em *sites* oficiais. Às vezes, para economizar tempo e facilitar para o professor e o aluno, ocorrem práticas ilícitas, mas na era digital vale a máxima “os fins não justificam os *e-mails*”.
- Deixar sempre claro no início da aula se o aluno poderá fazer apenas anotações manuais ou se ela pode ser gravada, filmada ou fotografada. Se não houver um aviso na sala formalizando essa regra pela escola, o professor deve escrevê-la no quadro e falar sobre ela.
- Sempre ler os termos de uso dos serviços e políticas dos *sites* que oferecem conteúdos, ferramentas educativas ou ambientes de publicação na internet. Além de cumprir com a lei, é preciso obedecer ao contrato, que é o combinado que delimita direitos e obrigações entre as partes. Este não está mais no papel, mas é assinado por meio dos *click-ok* que são dados nos *sites*.
- Por fim, na dúvida se há risco jurídico, é sempre melhor substituir o conteúdo por outro.

USO SAUDÁVEL DA TECNOLOGIA – O PROBLEMA DO VÍCIO TECNOLÓGICO INFANTO-JUVENIL

Para concluir, o professor deve lembrar que cabe a ele ensinar seus alunos sobre o uso seguro, mas também saudável da tecnologia. Proibir o recurso não é um caminho sustentável, é preciso educar.

Por certo, o jovem precisa saber que tem hora para usar o celular e tem hora para desligá-lo, que em alguns momentos estar conectado é essencial, mas há outros em que se desconectar faz parte do

processo de aprendizado, por exemplo, quando há necessidade de foco e concentração para realizar uma atividade. Do mesmo modo, ele precisa saber que assim como a internet tem um mundo de conhecimento, ela também é dispersiva e pode prejudicar não apenas a atenção, mas até mesmo a saúde física e mental.

Se hoje uma pessoa não consegue ficar sem o celular por um período de tempo ou não consegue ficar desconectada, sem internet, ela por certo desenvolveu um vício tecnológico, uma compulsão. Por isso, o Hospital das Clínicas de São Paulo criou em 2006 um centro para tratamento de dependentes em internet.

Estudos indicam que o ‘tecnostress’ surge quando a pessoa não consegue usar os equipamentos de maneira equilibrada, não sabe lidar com eles, não compreende como eles funcionam e, principalmente, quando a tecnologia falha. Seus principais sintomas são: ansiedade, irritação, agressividade, insônia, depressão e distúrbios alimentares.

O professor pode orientar os alunos a realizar alguns exercícios de postura para evitar a dor nas costas, bem como sobre a necessidade de tirar os olhos da tela em intervalos de 45 minutos, por pelo menos cinco minutos para descansar a vista. Levantar da frente do computador, tomar uma água, lavar o rosto, pingar um colírio, espreguiçar-se, tudo isso ajuda a manter o corpo saudável no uso da tecnologia.

Vivemos um momento de mudança de comportamento, e por sua vez de cultura, mas precisamos estar atentos e acompanhar essa transformação digital da sociedade para que ela ocorra de forma positiva, para que haja um real ganho para o ambiente educacional. Como não tem como puxar da tomada, vamos aprender a usar do jeito certo!

PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA – IDADE MÍNIMA E CONTROLE PARENTAL

No atual contexto de transformação digital, no qual velocidade, inovação e mudanças regem o ritmo dos dias, os chamados nativos digitais, que nasceram e cresceram com esse contexto tecnológico presente em sua vivência, têm como grande companheira a rede mundial de computadores.

Pesquisas apontam que cerca de oito em cada dez crianças e adolescentes (82%) com idades entre 9 e 17 anos são usuários de internet¹. Além disso, três em cada dez crianças de quatro a seis anos possuem *smartphone* no Brasil². Diante do crescimento significativo do número de menores de idade na rede, os cuidados também devem ser redobrados.




Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança, que é o menor até 12 anos incompletos, não pode ficar desacompanha de um adulto, seja em casa, seja na rua ou na internet. Sempre deve haver um adulto responsável supervisionando e assistindo. Ser um pai responsável é ficar preocupado, monitorar, vigiar, orientar e fornecer o recurso compatível com a idade.




Segundo a SaferNet, 13 mil crianças e adolescentes registraram casos de violência pela internet no Brasil nos últimos 10 anos.

Figura 2 – *Check-list* do uso do computador por menor.

FIQUE ATENTO

CHECK-LIST

-  Você sabe o que seu filho faz diante do computador?
-  Você sabe se seu filho tem perfis em redes sociais?
-  Você sabe se seu filho possui amigos virtuais e se comunica com eles?

-  Você controla o tempo que seu filho passa realizando atividades no computador?
-  Você já pesquisou sobre a vida digital de seu filho, buscando por seu próprio nome ou imagem?
-  Você sabe que tipo de informação seu filho armazena dentro do computador?

Fonte – A autora.

Temos a falsa impressão de que estamos protegidos quando navegamos na *Web*, por isso uma mudança de comportamento para uma atitude maior de estado de alerta, de vigilância, é essencial para evitar incidentes e tragédias.

Como evitar acessos a conteúdos impróprios? Além de estabelecer uma relação sincera e baseada no diálogo, alertando e orientando os filhos acerca dos riscos do ambiente digital, os pais devem ouvi-lo ao contar sobre as aventuras *on-line*. Isso o fará se sentir acolhido, facilitando maior proximidade e controle sobre o que faz quando está conectado.

Além disso, é possível contar com ferramentas digitais como o chamado ‘controle parental’, funcionalidade disponível em diversos sistemas que abrange diferentes opções programáveis, como filtro de conteúdo *Web*, bloqueio de *download* de aplicativo, registro de atividades, controle de tempo e de acesso a determinados conteúdos.

A ideia é ser um meio de auxiliar os pais e responsáveis na desafiadora tarefa de mitigar os riscos a que os menores estão expostos no ambiente digital.

São exemplos de programas de controle parental:

1. K9 Web Protection
2. Qustodio Free
3. SocialShield
4. Windows Live Family Safety
5. Norton Online Family
6. MinorMonitor

7. Family Shield from OpenDNS
8. Kidlogger
9. Spyrix Free Keylogger
10. Kurupira Web Filter

Algumas funcionalidades dos programas de controle parental são a) bloqueio de determinados *sites*, aplicativos ou qualquer outro tipo de conteúdo; b) monitoramento de atividades na internet; c) relatórios e análises sobre a navegação; d) filtragem de conteúdo em tempo real.

Para orientar os pais sobre uso de controle parental, o educador pode, durante a reunião de pais, passar a eles a lista de dicas a seguir para melhorar a vigilância dos pais em casa para um uso mais seguro da internet na família:

1. estabelecer regras claras (o que pode ou não fazer);
2. vigilância parental é um dever, realizar inspeção e monitoramento;
3. criar perfis de acordo com a idade dos filhos, separando principalmente criança (menor até 12 anos) de adolescente (maior de 13 anos) em serviços como Netflix e em grupos de WhatsApp;
4. habilitar o controle de segurança no YouTube via *browser* e dar preferência por utilizar o YouTube Kids se for criança;
5. definir um horário limite para a internet para fechar a porta da casa digital na hora de dormir (ter um toque de recolher digital);
6. monitorar a proteção da privacidade, buscando os nomes dos filhos e ver o que aparece nos buscadores;
7. proteger as informações da família (não expor rotina, trajetos, horários, informações de viagens, quanto os pais ganham, onde trabalham);
8. instalar ferramentas protetivas antes de dar o dispositivo (antivírus e *software* de controle parental);
9. sempre ler os Termos de Uso, verificando a idade mínima dos serviços;
10. acompanhar quem são os amigos digitais do filho (jogos em rede, grupos de WhatsApp). (FAMÍLIA + SEGURA NA INTERNET, 2017.)

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE SE HOUVER UM INCIDENTE DE *BULLYING* OU *CYBERBULLYING*?

A responsabilidade, primeiramente, é da família. No entanto, nos últimos anos tem havido casos judiciais em que se entendeu que a escola foi a responsável, pois houve algum tipo de negligência na atuação do ente escolar, seja na prevenção, seja na diagnose ou na condução da situação.

Por isso, ao primeiro sinal de um incidente, o educador deve informar a Coordenação ou a Direção da escola. Os pais também devem ser avisados para tomar ciência e as devidas providências. Tudo deve

ser devidamente documentado para mostrar que a escola agiu de forma proativa e diligente. Uma coisa é certa: se houver envolvimento de profissionais da escola (funcionários ou educadores) é muito difícil afastar a responsabilidade da instituição.

Por isso, é muito importante que os colaboradores estejam atentos e tenham muito cuidado para evitar brincadeiras que possam ser enquadradas como *bullying* ou *cyberbullying* (piadas que exponham menores, chamadas de atenção em público que possam ridicularizar o aluno na frente dos outros, chamar os alunos por apelido constrangedor e situações em grupos de WhatsApp, que mais tem aumentado as ocorrências digitais nas escolas).

Veja o que dizem estes casos:

CIVIL. CONSUMIDOR. ESTABELECIMENTO DE ENSINO. “BULLYING”. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. “QUANTUM” FIXADO EM PATAMAR RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. 1. A situação dos autos não apresenta desentendimento entre alunos, mas em comportamento abusivo por parte de um professor, que, sendo adulto, e exercendo posição de autoridade, deve agir dentro dos mais estritos limites da civilidade, especialmente cuidando para não proceder de forma a expor os alunos a situações vexatórias, individual ou coletivamente. Dessa maneira, indisfarçável a ocorrência do ato ilícito, responde a instituição de ensino empregadora do professor que causou o dano, decorrência da responsabilidade objetiva derivada da relação de consumo entre as partes... (TJSP, 2016b).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – ABALOS PSICOLÓGICOS DECORRENTES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR – BULLYING – ESTABELECIMENTO DE ENSINO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA – DANO MORAL CONFIGURADO – REFORMA DA SENTENÇA. Na espécie, restou demonstrado que o autor sofreu agressões verbais e física de um colega de sala, que foram muito além de atritos entre adolescentes, no interior da Escola no ano de 2009. Trata-se de relação de consumo e a responsabilidade da ré, como prestadora de serviços educacionais é objetiva, bastando a simples comprovação do nexo causal e do dano. Além disso, as agressões noticiadas na inicial e comprovadas, por si, só, configuram dano moral cuja responsabilidade de indenização é da Instituição de Ensino, em razão de sua responsabilidade objetiva. **Muito embora o Colégio tenha tomado algumas medidas na tentativa de contornar a situação, tais providências não foram suficientes para solucionar o problema, uma vez que as agressões continuaram até a ocorrência da agressão física.** O Requerido não atentou para o papel da escola como instrumento de inclusão social. A reparação moral tem função compensatória e punitiva. A primeira, compensatória, deve ser analisada sob os prismas da extensão do dano e das condições pessoais da vítima. A finalidade punitiva, por sua vez, tem caráter pedagógico e preventivo, pois visa desestimular o ofensor a reiterar a conduta ilícita. Sobre os danos morais incidirão juros de mora desde o evento danoso (Súmula nº 54 do STJ). A fixação dos honorários advocatícios nas decisões de natureza condenatória é arbitrada com base no valor da condenação, na forma do art. 20, § 3º, do CPC. (TJMG – APCV 1.00024.10.1423457/002; Rel. Des. Tibúrcio Marques; Julg 25/04/2013; DJEMG 03/05/2013)” (TJMG, 2013).

NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (13.709/2018)

Segundo pesquisa do Canaltech³, atualmente mais de 85% de jovens menores de 18 anos navegam na internet e 40% das crianças realizam essa atividade sem qualquer supervisão.

Em minhas palestras costumo sempre dizer: “Celular não é brinquedo!”. Além disso, para a maioria das aplicações na internet há uma idade mínima recomendada (geralmente a partir de 13 anos, pois até 12 anos incompletos o indivíduo é considerado criança pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e precisa estar sempre assistido por um adulto).

Logo, criança não pode ficar na *web* sozinha, senão vira um ‘menor abandonado digital’, à mercê de abordagens de estranhos e a todo tipo de situação, já que a internet é a maior rua do planeta, é a rua digital. Cabe ressaltar que é dever de todos velar pela segurança e saúde das crianças, bem como pelo seu bem-estar, conforme o artigo 18 do ECA.

Impressionam os dados de uma pesquisa realizada pela ESBrasil⁴ que revela o aumento do número de crianças que deixam de dormir e de comer apenas para estarem conectadas.

A dependência de jogos *on-line* já é considerada uma doença, incluída na *Classificação Internacional de Doenças* (CID). Por conta disso, o Hospital das Clínicas de São Paulo desenvolveu um *site*⁵ para tratar esse problema. Nele é possível realizar uma análise *on-line* sobre vício tecnológico. Para se ter uma ideia, se a primeira coisa que a pessoa faz assim que acorda é mexer no celular (antes de fazer xixi ou escovar os dentes), isso pode ser um sinal de dependência digital.

Tanto no Regulamento Europeu de Proteção de Dados Pessoais (GDPR) como em sua versão brasileira, que é a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), há um ponto crítico relacionado à educação que requer cuidado redobrado. Ele está relacionado aos cuidados com o tratamento de dados pessoais de menores de idade. Isso está previsto no artigo 14 da LGPD (equivalente ao artigo 8 do GDPR) e indica um controle mais rigoroso do tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes por todas as instituições que, de algum modo, capturam informações de menores de idade. E por que essa preocupação na legislação? Porque o risco de exposição excessiva ou de vazamento de dados por parte de crianças é muito alto. Alguns fatores contribuem para isso, sendo o primeiro deles o fato de elas estarem adotando, cada vez mais cedo, recursos digitais em sua vida, seja no âmbito pessoal, seja para entretenimento, seja para ensino-aprendizagem.

Logo, já temos observado nas escolas o ‘Dia do Brinquedo Digital’, bem como o uso de *tablets*, celulares, lousas interativas, ferramentas como Moodle e aplicativos de todo o tipo e até mesmo tecnologias de aprendizagem cognitiva com inteligência artificial para tornar o ensino mais customizado. Além disso, esses dispositivos vêm sendo cada vez mais usados para captura de imagens, acesso a dados de saúde e informações sobre aprendizagem e rendimento escolar.

Devemos lembrar que quando uma criança ganha um celular de presente, como tem sido cada vez mais frequente no Dia das Crianças, muitas vezes o fabricante e a operadora de celular não sabem que

aquele dispositivo será usado por um menor de idade. Este, por sua vez, pode acessar aplicativos que também não consideram que há uma criança do outro lado da tela.

Por isso, a nova legislação traz regras para a forma de coleta e tratamento desses dados de menores, como a exigência de consentimento prévio, expresso, específico e destacado de um dos pais ou representante legal para legitimar o tratamento de dados.

O que isso quer dizer? Que cabe ao controlador realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi dado pelo responsável legal da criança, considerando as tecnologias disponíveis. Se ele não fizer isso, estará sujeito a multas, que variam de 2% do faturamento até R\$ 50 milhões de reais.

Mesmo em casos específicos, em que a instituição precise contatar os pais ou representantes legais, se não houver o consentimento deles os dados coletados só poderão ser usados para essa ação pontual, e apenas uma única vez, não sendo permitido armazená-los.

Além dos dados pessoais, que identificam a criança ou o adolescente, como nome completo, dados dos pais/responsáveis, endereço, entre outros, a LGPD exige os dados sensíveis, que incluem religião, origem racial ou étnica e até informações sobre saúde. No caso escolar, podemos pensar nos relatórios pedagógicos sobre o rendimento do aluno, que têm muitas informações enquadradas na categoria de dados sensíveis.

A legislação traz algumas exceções para o tratamento de dados pessoais, que certamente precisarão estar muito melhor documentados e com mais controles de segurança. Nesse sentido, uma das grandes preocupações no ambiente de ensino atualmente é com os terceirizados e os parceiros, que também devem se preocupar com a proteção das crianças e dos adolescentes para evitar a responsabilização da escola.

Portanto, teremos de passar por uma transformação nas práticas e costumes dos ambientes de ensino, desde creches, escolas, universidades, mantenedoras sociais e/ou religiosas até os fornecedores que atuam em conjunto com elas, tais como profissionais de transporte escolar, responsáveis por passeios e excursões e até mesmo de teatros, museus, cinemas e ambientes que realizem atividades esportivas. Há muito trabalho a ser feito para que tudo esteja em conformidade.

Tendo em vista que com o avanço do digital esses dados migraram de alguma forma para plataformas digitais em intranets, *sites* e aplicativos (ainda que com acesso restrito), é preciso revisar e desenvolver novas políticas de uso e de acesso. É o desafio do equilíbrio entre a conveniência e a lei.

Atenção redobrada

As instituições de ensino terão de buscar parcerias com profissionais que as ajudem a cumprir as exigências da LGPD e redesenhar suas estratégias, de forma a causar o menor impacto possível em seus processos e ao mesmo tempo as deixem em conformidade. É uma nova cultura, no coração dos agentes da cultura.

A lei prevê ainda a obrigatoriedade de se criar uma função específica para cuidar do gerenciamento e da aplicação das regras que promovam a conformidade com a LGPD: o DPO (Data Privacy

Officer) ou o encarregado de dados. O profissional que assumir esse cargo na instituição pode trabalhar tanto internamente como terceirizado, sendo responsável pela proteção de dados pessoais e sensíveis na escola ou universidade.

As instituições de ensino terão de implementar essa nova cultura desde o ponto de partida de coleta de dados, que ocorre no ato da matrícula, e também uma análise minuciosa do cenário atual para traçar um plano de ação.

Em princípio, as prioridades serão adequar a recepção (que tem inclusive autenticação de visitantes); atualizar o contrato de trabalho, o contrato de prestação de serviços, o contrato de ensino e a política de privacidade, que precisa estar no portal, pois pela lei os controladores devem manter pública a informação dos tipos de dados pessoais que são coletados, sua forma de utilização e os procedimentos para exercer os direitos dos titulares previsto no art. 18 da LGPD.

Nessa jornada, terá de rever processos de armazenamento das informações, desenhar uma logística para autorizações e deixar claras as políticas de uso dos dados (finalidades) para que tudo esteja disponível de maneira ágil e inteligente no resgate, caso seja solicitado pelos pais/responsáveis, e atenda a quaisquer exigências deles por alguma razão.

E os dados que já existem nas instituições de ensino (o legado)? Eles receberão o mesmo tratamento dos novos, ou seja, terão de se submeter às novas exigências estabelecidas na LGPD. Aqueles que não podem mais ser armazenados deverão ser eliminados, e os que podem permanecer deverão ser reapresentados aos pais ou representantes legais para que sejam autorizados para uso, respeitando as exigências para tanto.

A preocupação vai muito mais além na Europa, onde as regras do GDPR estão em vigor desde maio de 2018 e serviram de base para a construção da LGPD. As exigências por lá são cada vez mais duras. Para se ter uma ideia, decidiu-se em julho de 2019 que as crianças do estado de Hesse, na Alemanha, não poderão usar o MS Office 365⁶ para fazer seus trabalhos nas escolas.

Essa decisão partiu da Comissão Local para a Proteção de Dados e Liberdade da Informação (HBDI), que interpretou que a ferramenta da Microsoft não atende às regras do GDPR por coletar dados dos menores sem consentimento. Essa restrição se estende ao iWork da Apple e ao Google Docs, que foram igualmente banidos das escolas do estado.

Não há como não se preparar ou fugir desse novo cenário. Até porque quem não estiver alinhado sofrerá advertências e multas pesadas. Assim, é muito importante conhecer a forma adequada para armazenar esses dados e estar pronto para atender as solicitações dos titulares, caso os solicitem, em até 15 dias (previsto na Lei), entre outras regras. Afinal, o ambiente educacional precisa ser exemplo de cumprimento dos direitos humanos e estar em conformidade com as leis.

RESUMINDO E DESTACANDO

- Cabe à escola formar educadores conectados.

- Cabe ao educador ensinar o aluno sobre o uso ético, seguro, legal e saudável da tecnologia, dentro e fora da sala de aula.
- Antes o educador só se preocupava com sua hora-aula e seu aluno em sala de aula (versão 1.0), depois passou a usar recursos tecnológicos para produzir conteúdo (versão 2.0) e, por fim, passou a estar mais atento a seu papel em orientar o jovem sobre ética digital (versão 3.0).
- Quando um educador opta por aceitar um aluno como amigo na rede social, ele não pode mais fazer ‘vista grossa’ em relação a esse aluno, e passa a estar ciente do que ocorre naquele ambiente virtual, o que gera seu dever de agir. O ‘não fazer nada’ implica omissão, negligência ou conivência.
- Liberdade de expressão exige responsabilidade. A lei determina que aquele que pratica abuso de direito deve responder por isso.
- Os pais respondem por *culpa in vigilando*, ou seja, a negligência ao vigiar o próprio filho gera responsabilização.
- Na era digital ‘você é o que você publica’!
- O professor deve ensinar os alunos a citar corretamente as fontes digitais pesquisadas ou que vêm da internet com base no padrão ABNT, que determina a necessidade de informar o endereço completo de onde foi extraído o conteúdo (*link*), o título da obra (se houver), o nome do autor (se não souber é preciso inserir autoria desconhecida), o nome de quem publica (se houver), a data e a hora de acesso.
- A lei em vigor exige da pessoa que faz uso do conteúdo verificar a legitimidade dele e fazer sua citação correta.
- Para fins jurídicos, o compartilhamento significa, na verdade, o direito de reproduzir e distribuir.
- O professor deve deixar clara a finalidade de uso acadêmico, educativo ou pedagógico no próprio conteúdo e buscar fontes confiáveis.
- Só se deve fazer uso de conteúdos integrais quando já estiverem em domínio público ou houver licença para tanto. Na dúvida, deve-se usar apenas conteúdo parcial, ou seja, trechos e passagens até o limite de 25% do tamanho total do conteúdo, para se valer da prerrogativa do uso justo, em que pelo fato de mostrar parte da obra se está educando e estimulando o aluno a querer conhecer a obra completa, e colocar o *link* (endereço) para acesso ao conteúdo na íntegra.
- No caso de imagens (fotos e vídeos), quando forem de terceiros deve-se evitar que sejam de menores, a não ser que haja autorização prévia ou sejam de alunos da escola e esta já tenha inserido cláusula de cessão de imagem no contrato de matrícula. Além disso, sempre

ter atenção com o contexto no qual serão inseridas, para evitar ridicularização, o que feriria o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Em hipótese alguma o professor deve trazer para sala de aula um conteúdo notadamente pirata obtido ou baixado de *sites* ilícitos ou de origem duvidosa. Na dúvida se há risco jurídico, é melhor substituir o conteúdo por outro.
- É importante deixar claro no início de sua aula se o aluno poderá fazer apenas anotações manuais ou se a aula pode ser gravada, filmada ou fotografada. Se não houver um aviso na sala sobre isso, formalizando essa regra pela escola, o professor deve escrevê-la no quadro e falar sobre ela.
- Cabe ao professor ensinar seus alunos sobre o uso saudável da tecnologia. Proibir o recurso não é um caminho sustentável, é preciso educar.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. F. Negligência dos pais no mundo virtual expõe criança a efeitos nocivos da rede. *In: Consultor Jurídico*, 15 jan. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jan-15/processo-familiar-abandono-digital-expoe-crianca-efeitos-nocivos-internet>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Capítulo VII. M – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, Art. 227. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_227_.asp. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9. ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 3 nov. 2019.

CETICBR. **TIC Kids Online Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/kids-online/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

COLLINS, A.; HALVERSON, R. **Rethinking education in the age of technology**: the digital revolution and schooling in America. Disponível em: http://www.amazon.com/Rethinking-Education-Technology-Education--Connections-Education-Connections/dp/0807750026/ref=sr_1_1?ie=UTF8&qid=1365602375&s=8-1&keywords=digital+education. Acesso em: 3 nov. 2019.

CORTELLA, M. S.. **Não nascemos prontos**. 4. ed. Local: São Paulo: Vozes, 2006.

COSTA JR., H. L. **Tempos digitais**: ensinando e aprendendo com tecnologia. Disponível em: http://www.amazon.com.br/Tempos-Digitais-Aprendendo-Tecnologia-ebook/dp/B00B03BS52/ref=sr_1_4?s=digital-text&ie=UTF8&qid=1365602820&s=1-4&keywords=educa%C3%A7%C3%A3o+digital. Acesso em: 3 nov. 2019.

DAVIDSON, C.; GOLDBERG, D. T. **The Future of Learning Institutions in a Digital Age**. Disponível em: http://www.amazon.com.br/Institutions-Catherine-MacArthur-Foundation-ebook/dp/B0030DGXY6/ref=sr_1_10?ie=UTF8&qid=1365602905&s=8-10&keywords=digital. Acesso em: 3 nov. 2019.

DIB, C. **Educação reinventada**: a tecnologia como catalisadora de uma nova escola. Disponível em: <https://www.caiodib.com.br/produto/educacao-reinventada/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FAMÍLIA + SEGURA NA INTERNET. **Controle parental é aliado no uso seguro da internet**. 2017. Disponível em: <http://www.familiamaissegura.com.br/controle-parental-e-aliado-no-uso-seguro-da-internet/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FELIZARDO, A. R. **Cyberbullying**: difamação na velocidade da luz. Barueri: Willêm Books, 2010.

GEE, J. P. **The Anti-Education Era**: creating smarter students through digital learning. Disponível em: http://www.amazon.com/The-Anti-Education-Era-Creating-Students/dp/0230342094/ref=sr_1_3?ie=UTF8&qid=1365602375&sr=8-3&keywords=digital+education. Acesso em: 3 nov. 2019.

GIARDELLI, G. **Você é o que você compartilha**. São Paulo: Gente, 2012.

IOSCHPE, G. **O que o Brasil quer ser quando crescer**. São Paulo: Paralela, 2012.

KELLY, K. **Para onde nos leva a tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

KOLB, A.; ESTERBAUER, R.; RUCKENBAUER, H. W. **Ciberética**: responsabilidade por um mundo interligado pela rede digital. São Paulo: Loyola, 1998.

MIGALHAS. **Pais de alunos são condenados por ofensa dos filhos a professora em rede social**. 13 fev. 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI253783,91041-Pais+de+alunos+sao+condenados+por+ofensa+dos+filhos+a+professora+em>. Acesso em: 14 mar. 2018.

REVISTA VIDA E SAÚDE. Disponível em: <http://revistavivasaude.uol.com.br/edicoes/38/artigo40186-1.asp>. Acesso em: 16 out. 2012.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

SAFERNET. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/#mobile>. Acesso em: 3 nov. 2019.

SAVATER, F. **Ética para meu filho**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SHARIFF, S. **Cyberbullying**: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, J. Os 10 melhores programas de controle de pais gratuitos de 2019. **Spyzie**, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.spyzie.com.br/parental-controls/free-parental-control-software.html>. Acesso em: 3 nov. 2019.

TJMG. Apelação 0829139-49.2008.8.13.0194, 24/01/2013, Rel. Antônio de Pádua.

TJMG. Apelação 1.0024.10.1423457/002; Rel. Des. Tibúrcio Marques; Julg. 25/04/2013; DJEMG 03/05/2013.

TJMG. Apelação Cível 1.0024.08.199172-1/001, Rel. Des.(a) Hilda Teixeira da Costa, 14.^a CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/03/2012, publicação da súmula em 17/08/2012).

TJRJ. Apelação 0036918-53.2009.8.19.0205, DES. JOSE CARLOS VARANDA – Julgamento: 13/06/2012 – DECIMA CAMARA CIVEL.

TJSP. Agravo de Instrumento nº 0000385-94.2015.8.26.0042 – 35.^a Câmara de Direito Privado. Julgamento: 17/10/2016b.

TJSP. Agravo de Instrumento nº 0045791-62.2012.8.26.0554 – 9ª Câmara de Direito Privado. Julgamento: 22/11/2016a.

TJSP. Apelação 9057995-08.2006.8.26.0000, Relator(a): Helio Faria, Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 11/10/2011.

TJSP. Apelação 9136878-66.2006.8.26.0000, Relator(a): Miguel Brandi, Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 22/12/2010.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Conforme a quinta edição da pesquisa TIC Kids Online Brasil.
- 2 Fonte: Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/3-em-cada-10-criancas-de-4-a-6-anos-possuem-smartphone/>. Acesso em: 22 out. 2019.
- 3 Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/como-evitar-que-conteudos-inapropriados-cheguem-as-criancas-142615>. Acesso em: 22 out. 2019.
- 4 Disponível em: <https://esbrasil.com.br/menores-deixam-comer-dormir-internet>. Acesso em: 22 out. 2019.
- 5 Disponível em: <https://www.dependenciadeinternet.com.br/>. Acesso em: 22 out. 2019.
- 6 Disponível em: <https://meiobit.com/403663/office-365-google-docs-iwork-banidos-escolas-hesse-alemanha/>. Acesso em: 4 jan.2020.

DEFINIÇÕES

Bullying: conforme a lei nº 13.185/2015, é a prática intencional e sistemática de atos de agressão ou violência psicológica ou física que envolvam intimidação, ameaça, humilhação, discriminação, insulto, apelido pejorativo, expressão preconceituosa, isolamento social consciente e premeditado, pilhéria contra um ou mais indivíduos.

Cyberbullying: é a prática do *bullying* com utilização de recursos digitais, abrangendo também o compartilhamento não autorizado de imagens na internet.

DRM: controle de direitos digitais ou *digital rights management*.

Mídias digitais: aplicações que permitem a participação dos usuários por meio da publicação e do compartilhamento de conteúdos e interações entre eles, permitindo que o conteúdo seja acessado de forma aberta na internet ou podendo ter recursos de controle de privacidade para que o acesso fique restrito a apenas pessoas desejadas

Software de controle parental: recurso tecnológico normalmente no formato de *software* ou aplicativo que pode ser pago ou gratuito e permite a utilização de mecanismos de controle de atividade de menores de idade na utilização de recursos digitais como celulares, navegação de internet, acesso a conteúdos em páginas digitais, bloqueio e controle de tempo, entre outras medidas de proteção e supervisão.

LINKS

ARRINGTON, M. 85% of college students use Facebook. Tech Crunch, 8 set. 2005. Disponível em: <http://techcrunch.com/2005/09/07/85-of-college-students-use-facebook/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

CM Consultoria Online. A educação 3.0. **YouTube**. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=iaV8AtJK61g&desktop_uri=%2Fwatch%3Fv%3DiaV8AtJK61g. Acesso em: 3 nov. 2019.

CM Consultoria Online. Sociedade 3.0 – um novo paradigma para a educação do século 21. **YouTube**. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=71B1fzXivBg&desktop_uri=%2Fwatch%3Fv%3D71B1fzXivBg. Acesso em: 3 nov. 2019.

DEPENDÊNCIA DE INTERNET. Disponível em: <http://www.dependenciadeinternet.com.br>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FANTIN, Monica. Livros 49: Cultura Digital e Escola. **YouTube**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wh07ToYNORE&desktop_uri=%2Fwatch%3Fv%3Dwh07ToYNORE. Acesso em: 3 nov. 2019.

LENGEL.NET. Disponível em: <http://www.lengel.net/>. Acesso em: 3 nov. 2019

ONLINE DISTRIBUTION. Getting content into the hands, eyes, ears, and minds of our students. Disponível em: <http://lengel.net/dca/distribution.html>. Acesso em: 3 nov. 2019.

TORI, R. **Blog Educação sem Distância**. Disponível em: <http://romerotori.blogspot.com.br/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

